

ODS 17 - Parcerias e meios de implementação de políticas públicas para alimentação sustentável

*Mônica Rocha
Bruna Pitasi Arguelhes*

O QUE É UMA DIETA SUSTENTÁVEL E POR QUE ELA É IMPORTANTE?

Apesar da alimentação saudável ser um conceito consolidado, com uma trajetória histórica, tanto no meio acadêmico como na gestão pública, e com destaque em documentos importantes como a Política Nacional de Alimentação e Nutrição (PNAN) e o Guia Alimentar para a População Brasileira (1), o conceito de 'alimentação/dieta sustentável' ainda encontra-se em desenvolvimento.

O tema ganhou força, principalmente, nos últimos oito anos e pelos países europeus (2). O termo que foi criado por Gussow e Clancy em 1986, teve o atual conceito definido na conferência realizada pela Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO) e pelo centro de pesquisa *Bioversity International*, em 2010, sendo usado em diversos documentos (3,4), que se refere a:

Dietas sustentáveis são aquelas com baixo impacto ambiental que contribuem para a segurança alimentar e nutricional e para uma vida saudável das gerações presentes e futuras. As dietas sustentáveis devem proteger e respeitar a biodiversidade e os ecossistemas, ser culturalmente aceitáveis, acessíveis, economicamente justas e viáveis, nutricionalmente adequadas, seguras e saudáveis; enquanto otimizam recursos naturais e humanos (5, p. 7).

A conferência também reconheceu componentes-chave de uma dieta sustentável (5), porém há críticas de que o conceito da FAO não envolve diretamente o sistema alimentar (2), além de muitos estudos preferirem utilizar uma abordagem mais simplificada, com

foco na emissão de gases de efeito estufa, dada a complexidade de sua definição (3). A comunidade científica tem chamado a atenção para o foco excessivo e estrito nas emissões de carbono, denominado de “visão de túnel de carbono”, sendo uma abordagem restrita que ignora as ligações entre o amplo espectro de impactos ambientais e sociais importantes - como perda de biodiversidade, conversão de terras ou igualdade de gênero (6).

Na tentativa de destacar o papel crítico que as dietas desempenham na ligação entre a saúde humana e a sustentabilidade ambiental e a necessidade de integrar essas agendas separadas em uma agenda global comum para a transformação do sistema alimentar e o alcance dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e do Acordo de Paris (7), a Comissão EAT-*Lancet* apresentou, em 2019, o termo “dieta de saúde planetária”, a qual requer uma combinação de mudanças substanciais em direção a padrões alimentares majoritariamente de base vegetal, reduções drásticas nas perdas e desperdícios de alimentos e grandes melhorias nas práticas de produção de alimentos. Vale lembrar que a dieta da saúde planetária não implica que a população mundial consuma os mesmos alimentos (7).

As características das dietas sustentáveis são específicas do contexto e, portanto, as diretrizes alimentares regionalizadas precisam considerar as condições ambientais locais, a cultura alimentar e os fatores socioeconômicos (8). Tal complexidade do tema demonstra que falar de dieta sustentável difere para cada país e que a discussão não pode ser generalizada, pois onde, como e quando os alimentos são produzidos, são fatores relevantes (2).

Dessa forma, para nos mantermos dentro de nossos limites planetários - isto é, certos limites que os sistemas ecológicos precisam para funcionar - há um amplo consenso de que uma mudança nos hábitos de consumo é fundamental. Porém, para que as diretrizes alimentares nacionais sejam eficazes, é necessário que haja uma mudança de normas e percepções sociais que as acompanhe (3), o que inclui a elaboração e a implementação de políticas públicas integradas que apoiem e favoreçam a construção de sistemas alimentares saudáveis, sustentáveis e justos.

POLÍTICAS PÚBLICAS PARA ALIMENTAÇÃO SAUDÁVEL E SUSTENTÁVEL

Quando falamos em políticas públicas, precisamos compreender os desafios e divergências próprios deste campo e que devem ser considerados para o alcance de seus objetivos. Cabe destacar também, o momento crítico em que o mundo passou recentemente com a pandemia de COVID-19, que é completamente diferente do cenário no qual muitos compromissos globais foram traçados e que tem agravado múltiplas crises e exposto falhas do nosso sistema alimentar.

Padrões de alimentação estão mudando rapidamente na grande maioria dos países e, em particular, naqueles economicamente emergentes (1), com o aumento do consumo de alimentos ultraprocessados, ricos em sódio, açúcar e gorduras e implicações na saúde das pessoas. Consequentemente, as doenças relacionadas à alimentação têm crescido significativamente e o meio ambiente tem mostrado seus limites, evidenciando a necessidade de mudanças nos hábitos alimentares da população e na cultura do consumismo (2).

A má nutrição em todas as suas formas (desnutrição, deficiência de micronutrientes, obesidade e doenças crônicas não transmissíveis relacionadas à dieta) tornou-se um dos principais problemas globais que os países precisam enfrentar (9,10). A FAO estima que entre 720 e 811 milhões de pessoas no mundo enfrentaram a fome em 2020 - cerca de 161 milhões a mais do que em 2019. Quase 2,37 bilhões de pessoas não tiveram acesso a alimentos adequados em 2020 - um aumento de 320 milhões de pessoas em apenas um ano. E a obesidade adulta também continua a crescer, sem nenhuma reversão dessa tendência em nível global ou regional, com a prevalência global de 13,1% em 2016 (11).

Por outro lado, as alterações no sistema alimentar têm gerado impactos negativos na biodiversidade, além de profundas desigualdades sociais. Ou seja, alimentos produzidos com aditivos químicos, através de sistemas de monocultura e com a criação intensiva de animais, degradam os recursos naturais mais rapidamente do que eles podem se recupe-

rar e são responsáveis por um quarto de todas as emissões antropogênicas de gases de efeito estufa na atmosfera (12).

Diante deste cenário, qualquer ação política ou acordo de governança, referente a alimentação e nutrição, deveria começar com a seguinte pergunta: quem faz nossa alimentação e para que propósito? (9). E então, deveríamos nos perguntar: como transformar os sistemas alimentares para que promovam a saúde de todas as pessoas no mundo, respeitando os limites do planeta e os direitos das gerações futuras, e sem violar direitos fundamentais dos atores envolvidos na produção, distribuição e consumo de alimentos? (13).

Neste contexto, também conhecido como sindemia global¹, nas quais as mudanças climáticas e as pandemias de desnutrição e obesidade interagem entre si, diversas agências internacionais e grupos de pesquisadores vêm discutindo ações que apoiem os governos no desenvolvimento e implementação de políticas públicas, visando a transformação para um sistema alimentar saudável e sustentável. Abaixo são apresentados os principais compromissos internacionais que norteiam os líderes das nações para que possam pactuar metas e objetivos de acordo com seus contextos.

COMPROMISSOS INTERNACIONAIS SOBRE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO E MUDANÇAS CLIMÁTICAS

Quadro 1. Segunda Conferência Internacional sobre Nutrição (ICN2) - Declaração de Roma - 2014.

Recomendação 9

Fortalecer a produção e o processamento local de alimentos, especialmente por pequenos produtores e agricultores familiares, dando especial atenção ao empoderamento das mulheres, embora reconhecendo que o comércio eficiente e eficaz é a chave para alcançar objetivos nutricionais.

¹ Para mais detalhes, ver capítulo 2.

Recomendação 10

Promover a diversificação de culturas, incluindo culturas tradicionais subutilizadas, maior produção de frutas e vegetais, produção adequada de produtos de origem animal conforme necessidade, aplicando práticas sustentáveis de produção de alimentos e gestão de recursos naturais.

Recomendação 11

Melhorar as tecnologias e infra-estrutura de armazenamento, conservação, transporte e distribuição para reduzir a insegurança alimentar sazonal, a perda e o desperdício de alimentos e nutrientes.

Recomendação 12

Estabelecer e fortalecer instituições, políticas, programas e serviços para aumentar a resiliência do fornecimento de alimentos em áreas propensas a crises, incluindo áreas afetadas pela mudança climática.

Recomendação 13

Desenvolver, adotar e adaptar, quando apropriado, diretrizes internacionais sobre dietas saudáveis.

Fonte: UNSCN, 2017 (10).

Quadro 2. Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) - 2015.**ODS 2 - Fome zero e agricultura sustentável**

Acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável

ODS 3 - Boa saúde e bem-estar

Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades

ODS 12 - Consumo e produção responsáveis

Assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis

ODS 13 - Ação contra a mudança global do clima

Tomar medidas urgentes para combater a mudança do clima e seus impactos (reconhecendo que a Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima [UNFCCC] é o fórum internacional intergovernamental primário para negociar a resposta global à mudança do clima)

Fonte: UNSCN, 2017 (10).

Quadro 3. Acordo de Paris - 2015.

Primeiro acordo internacional sobre mudança climática a priorizar a segurança alimentar
Manter o aumento da temperatura média global bem abaixo de 2°C em relação aos níveis pré-industriais e prosseguir os esforços para limitar esse aumento da temperatura a 1,5°C
Estabelecer períodos de 5 anos para os países reforçarem os compromissos climáticos
Adaptação para ajudar os países em desenvolvimento
Mitigação de emissões de gases de efeito de estufa

Fonte: UNSCN, 2017 (10).

Quadro 4. Década de Ação das Nações Unidas sobre Nutrição - 2016 a 2025.

Sistemas alimentares sustentáveis para uma dieta saudável
Sistemas de saúde qualificados oferecendo alimentos saudáveis para todos
Proteção social e educação nutricional
Investimentos aprimorados para a melhoria da produção de alimentos e consequente comercialização
Catalisação de esforços para a comunidade de nutrição
Revisão, fortalecimento e promoção da governança de nutrição e adoção de critérios de prestação de contas

Fonte: FAO, 2016 (14).

Quadro 5. Cúpula dos Sistemas Alimentares (Food Systems Summit, ou FSS) - 2021.

Nutrir todas as pessoas Fome zero Dietas saudáveis e sistemas sustentáveis Alimentação escolar Comida nunca é desperdício O verdadeiro valor da comida (custos ocultos)
Impulsionar soluções de produção baseadas na natureza Agroecologia Desmatamento e conversão zero Pecuária sustentável
Equidade e meio de subsistência, trabalho decente e comunidades empoderadas Pagamentos justos para todos os trabalhadores dos sistemas alimentares Povos indígenasSistemas alimentares urbanos Proteção social para a transformação dos sistemas alimentares
Resiliência a vulnerabilidades, choques e tensões Cadeias de abastecimento alimentar local Apoio humanitário
Meios de apoio à implementação Financiamento inclusivo e sustentável - bancos públicos de desenvolvimento

Fonte: Comida do Amanhã, 2021 (13).

Quadro 6. 26ª Conferência das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas (COP 26) - 2021.

Limitar o aquecimento global a 1,5 °C
Redução de 45% dos gases de efeito estufa até 2030
Meta de emissão líquida zero

Dobrar financiamento coletivo de países desenvolvidos para adaptação à mudança do clima até 2025
Compromisso de mais de 100 países, incluindo o Brasil, a acabar com o desmatamento até 2030

Fonte: UNFCCC, 2021 (15).

Apesar dos esforços empreendidos a nível global e local, os acordos listados acima não garantem a transformação para sistemas alimentares saudáveis, sustentáveis e justos, já que alguns setores ainda acreditam que a indústria agroalimentar global, altamente mecanizada, subsidiada e concentrada, oferece tudo o que podemos desejar (12), como se observa a crescente influência corporativa sobre a governança dos sistemas alimentares.

COMPROMISSOS NACIONAIS SOBRE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO E MUDANÇAS CLIMÁTICAS

Para apresentar as ações, políticas e programas que contribuem para esta temática no Brasil, Jacob (16) sugere sete ações estratégicas que devem estar presentes nas agendas governamentais de transformação de sistemas alimentares e que combinam ideias de diversos autores (Quadro 7). Não pretendemos nos aprofundar no debate sobre a análise de tais políticas nem esgotar o assunto com o quadro abaixo, entretanto, a ideia é apresentar um panorama das políticas públicas para alimentação saudável e sustentável existentes no país e abrir caminho para que esse tema seja discutido pelos diversos atores envolvidos (Figura 1).

Quadro 7. Ações estratégicas, políticas e programas para sistemas alimentares saudáveis e sustentáveis.

AÇÕES ESTRATÉGICAS	POLÍTICAS E PROGRAMAS
1. Ampliar o acesso de pequenos produtores à terra e meios de produção (sementes crioulas, água, crédito e outros recursos produtivos)	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF); Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER); Terra Brasil - Programa Nacional de Crédito Agrário (PNCF); Programa de garantia de preço para a agricultura familiar (PGPAF).
2. Garantir que as políticas agrícolas incentivem a produção de alimentos nutritivos	Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PNAPO); Programa Nacional de Agricultura Urbana e Periurbana; Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais.
3. Reorientar o sistema de produção animal	Programa Agropecuária Sustentável; Política Nacional de Mudança do Clima; Plano de Agricultura de Baixo Carbono - Plano ABC; Programa Nacional de Crescimento Verde.
4. Apoiar práticas agroecológicas	Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PNAPO); Programa de Aquisição de Alimentos (PAA); Programa Nacional de Agricultura Urbana e Periurbana.
5. Reduzir as perdas e os desperdícios de alimentos	Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (PNSAN); Rede Brasileira de Banco de Alimentos.
6. Ampliar o acesso das pessoas a alimentos saudáveis	Artigo 6º da Constituição Federal de 1988: Alimentação é um direito social; Programa de Aquisição de Alimentos (PAA); Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE); Programa Bolsa Família - PBF; Política Nacional de Alimentação e Nutrição (PNAN); Ação de Distribuição de Alimentos a Grupos Populacionais Tradicionais e Específicos - ADA; Programa Cozinha Comunitária; Programa Restaurante Popular.

	<p>Composição da cesta básica de alimentos (DECRETO N° 11.936, DE 5 DE MARÇO DE 2024)</p> <p>Estratégia Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional nas Cidades (DECRETO N° 11.822, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2023)</p> <p>- Programa Cozinha Solidária</p> <p>- Política Nacional de Abastecimento Alimentar</p>
7. Informar e educar comensais	<p>Política Nacional de Biodiversidade;</p> <p>Pacto Nacional para Alimentação Saudável;</p> <p>Portaria n° 1.274, de 7 de julho de 2016 - Promoção da Alimentação Adequada e Saudável nos Ambientes de Trabalho;</p> <p>Marco de Referência de Educação Alimentar e Nutricional;</p> <p>Guia Alimentar para a População Brasileira;</p> <p>Guia Alimentar para crianças brasileiras menores de 2 anos;</p> <p>Instrução Normativa - IN N° 75, de 8 de outubro de 2020, estabelece os requisitos técnicos para declaração da rotulagem nutricional nos alimentos embalados;</p> <p>Resolução - RDC n° 24, de 15 de junho de 2010, dispõe sobre a oferta, propaganda, publicidade, informação de e outras práticas correlatas cujo objetivo seja a divulgação e a promoção comercial de alimentos;</p> <p>Norma Brasileira de Comercialização de Alimentos para Lactentes e Crianças de Primeira Infância, Bicos, Chupetas e Mamadeiras.</p>

Fonte: elaborado pela autora adaptado de Jacob, 2021 (16).

PRINCIPAIS CONQUISTAS E DESAFIOS

No Brasil, uma das maiores conquistas políticas foi o reconhecimento e a inclusão do direito humano à alimentação adequada (DHAA) como um dos direitos sociais na Constituição Federal, ou seja, o direito de cada pessoa ter acesso físico e econômico, ininterruptamente, à alimentação adequada e saudável ou aos meios para obter essa alimentação. É dever do Estado garantir este direito e, com ele, a soberania e a segurança alimentar e nutricional (1). O DHAA é reconhecido, assim, como uma estrutura legal essencial para garantir a segurança alimentar e sistemas alimentares sustentáveis (17).

Além desta conquista, o país possui políticas reconhecidas internacionalmente, como a de compras públicas de alimentos (PAA), principalmente pelo PNAE, como uma das melhores práticas para aumentar a resiliência climática (11). Outras iniciativas brasileiras exitosas que contribuem para a reorientação do sistema alimentar para promoção de dietas sustentáveis são o PNAE, o PBF e o Guia Alimentar para a População Brasileira (16). E, recentemente, o Brasil aprovou a nova norma sobre rotulagem nutricional de alimentos embalados, que adota a rotulagem nutricional frontal, já adotada por diversos países, e mudanças nas informações nutricionais no rótulo.

Mais do que nunca, temos informação e evidências que mostram que as decisões que tomamos sobre o que comer, têm o poder de impactar o sistema alimentar e isso tem consequências políticas estruturantes (16). Entretanto, a adesão a dietas saudáveis e sustentáveis não é meramente uma escolha individual. Muitos fatores – de natureza física, econômica, política, cultural ou social - podem influenciar positiva ou negativamente o padrão de alimentação das pessoas (1). Isso acontece porque a nossa escolha alimentar é fortemente moldada pelos ambientes alimentares, que vivemos e nos inserimos, e pelas grandes corporações que decidem sobre o que vamos comer, desde o campo até as prateleiras de supermercado (16).

Mesmo com o aumento das discussões sobre as dietas sustentáveis nos países europeus, os estudos existentes no Brasil, especialmente em relação às políticas públicas, ainda são incipientes, apesar dos esforços no campo da soberania e segurança alimentar e nutricional (2).

PRIORIDADES POLÍTICAS PARA DIETAS SUSTENTÁVEIS

Apesar de alguns progressos nos últimos anos, o relatório “The State of Food Security and Nutrition in the World 2021” aponta que o mundo não está no caminho certo para atingir as metas dos ODS, faltando menos de uma década até 2030 (4,9,11). O Relatório da Comissão Eat-Lancet enfatiza que sem ação, as crianças de hoje herdarão um planeta

gravemente degradado e onde grande parte da população sofrerá cada vez mais de desnutrição e de doenças evitáveis (7).

Apesar de alguns progressos nos últimos anos, o relatório *"The State of Food Security and Nutrition in the World 2021"* aponta que o mundo não está no caminho certo para atingir as metas dos ODS, faltando menos de uma década até 2030 (4,9,11). O Relatório da Comissão Eat-Lancet enfatiza que sem ação, as crianças de hoje herdarão um planeta gravemente degradado e onde grande parte da população sofrerá cada vez mais de desnutrição e de doenças evitáveis (7).

Pelo conceito de dieta sustentável se inserir em um contexto mais amplo de sistemas alimentares, não se trata de trabalhá-lo isoladamente nas ações, políticas e programas. Assim sendo, não podemos falar em alimentação sustentável, sem falar de alimentação saudável. Como pensar em políticas de alimentação e nutrição que promovam saúde e estejam dentro dos limites planetários que sejam seguros para a humanidade e o meio ambiente? Como definir padrões alimentares saudáveis e sustentáveis, de acordo com o contexto de cada país, que orientem as políticas públicas?

A transformação dos sistemas alimentares para melhorar sua resiliência e capacidade de cumprir a Agenda 2030, especialmente o ODS 2, requer uma abordagem política que abrace consistentemente quatro mudanças de política: 1. apoiar transformações radicais dos sistemas alimentares enfatizando múltiplas dimensões de qualidade; 2. apreciar a complexidade do sistema alimentar e a interação com outros setores e sistemas; 3. focar em uma compreensão mais ampla da fome e da má nutrição; 4. desenvolver soluções políticas específicas para cada contexto para tratar de diversos problemas (17).

A pesquisa sobre dietas sustentáveis representa, portanto, uma oportunidade para enfrentar esses desafios, reunindo múltiplos setores, disciplinas e conhecimentos especializados para orientar o desenvolvimento de políticas locais, nacionais, regionais e globais. Embora o debate sobre as dietas sustentáveis ainda seja maior por parte de pesquisadores e organizações da sociedade civil, é urgente avançar na sua incorporação pela agenda de política pública do Brasil. As dietas saudáveis e sustentáveis devem ser

um objetivo primordial das recomendações das políticas de alimentação e nutrição do país.

Por fim, são necessárias soluções mais integradas e políticas mais coerentes, com colaboração institucional e intersetorial, mecanismos de governança participativa e uma abordagem baseada nos direitos humanos e na soberania alimentar (10).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Guia alimentar para a população brasileira. Brasília: Ministério da Saúde, 2014.
2. Triches RM. Sustainable diets: definition, state of the art and perspectives for a new research agenda in Brazil. *Ciência & Saúde Coletiva*. 26 (5): 1833-1846, 2021. [Acesso em 10 jan 2022]. Disponível em: <https://scielosp.org/article/csc/2021.v26n5/1833-1846/#>
3. Food Research Collaboration. Policy priorities for Sustainable Diets: Views from a survey of academic and civil society experts. FRC Discussion paper. UK, 2021.
4. Marchioni DM, Carvalho AM, Villar, BS. Dietas sustentáveis e sistemas alimentares: novos desafios da nutrição em saúde pública. *Revista USP*, 1(128), 61-76, 2021
5. Burlingame B, Dernini S. (eds.). Sustainable diets and biodiversity: directions and solutions for policy, research and action. Rome, FAO, 2012.
6. Konietzko J. How can we embrace the complexity of the sustainability transition, without getting stuck in carbon tunnel vision? [Internet]. 2021 Disponível em: <https://www.linkedin.com/feed/update/urn:li:activity:6859418054867083264/>
7. EAT. Comida, planeta e saúde: Dietas saudáveis a partir de sistemas alimentares sustentáveis. Relatório sumário da Comissão EAT-Lancet. 2019.
8. Tuomisto, HL. The complexity of sustainable diets. *Nat Ecol Evol* 3: 720–721, 2019.
9. Branca F, Demaio A, Udomkesmalee E, Baker P, Aguayo VM, Barquera S, Dain K, Keir L, Lartey A, Mugambi G, Oenema S, Piwoz E, Richardson R, Singh S, Sullivan L, Verburg G, Fracassi P, Mahy L, Neufeld LM. A new nutrition manifesto for a new nutrition reality. *Lancet*. 4; 395(10217):8-10, 2020. [Acesso em 13 dez 2021]. Disponível em: [https://www.thelancet.com/journals/lancet/article/PIIS0140-6736\(19\)32690-X/fulltext](https://www.thelancet.com/journals/lancet/article/PIIS0140-6736(19)32690-X/fulltext)
10. United Nations System Standing Committee on Nutrition - UNSCN. Sustainable Diets for Healthy People and a Healthy Planet. Roma, 2017. [Acesso em 15 dez 2021]. Disponível em: <https://www.unscn.org/uploads/web/news/document/Climate-Nutrition-Paper-EN-WEB.pdf>
11. FAO, IFAD, UNICEF, WFP and WHO. The State of Food Security and Nutrition in the World 2021. Transforming food systems for food security, improved nutrition and affordable healthy diets for all. Rome, 2021. [Acesso em 20 jan 2022]. Disponível em:

<https://www.fao.org/3/cb4474en/cb4474en.pdf>

12. Batini N, Lomax J e Mehra D. Por que precisamos de sistemas alimentares sustentáveis no mundo pós-pandemia. United Nations Environment Programme, 14 jul 2020. [Acesso em 20 jan 2022]. Disponível em: <https://www.unep.org/pt-br/noticias-e-reportagens/reportagem/por-que-precisamos-de-sistemas-alimentares-sustentaveis-no-mundo>
13. Comida do Amanhã. Os resultados da Cúpula da ONU sobre Sistemas Alimentares. Comida do Amanhã, 2021. [Acesso em 10 jan 2022]. Disponível em: https://www.comidadoamanha.org/post/resultadoscupulasistemasalimentares?utm_campaign=aedf6007-62fa-4383-8d7c-40c970e006d9&utm_source=so&utm_medium=mail&cid=2d616d3e-01e1-470f-9362-5b2b7134ae2d
14. Food and Agriculture Organization of the United Nations - FAO. Towards country-specific smart commitments for action on nutrition. 2016 [Acesso em 08 jan 2022]. Disponível em: <https://www.fao.org/3/i6130e/i6130e.pdf>
15. United Nations Framework Convention on Climate Change - UNFCCC. Glasgow Climate Pact. Draft decision/CP.26. Glasgow, 2021. [Acesso em 2022, 08 jan]. Disponível em: https://unfccc.int/sites/default/files/resource/cp2021_L13E.pdf
16. Jacob M. O relevo das políticas para transformação de sistemas alimentares. In: Sistemas alimentares para nutrição / Michelle Jacob. – 1.ed. – Recife, PE: Nupeea, 2021.
17. High Level Panel of Experts on Food Security and Nutrition - HLPE. Food security and nutrition: building a global narrative towards 2030. A report by the High Level Panel of Experts on Food Security and Nutrition of the Committee on World Food Security. Rome, 2020. [Acesso em 15 dez 2021]. Disponível em: <https://www.fao.org/3/ca9731en/ca9731en.pdf>